



JUCESP PROTOCOLO
0.453.808/14-1



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA DA LUFT PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

LUFT PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Mamoré n.º 535, 13º andar, sala 1.301, CEP: 06454-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 20.182.540/0001-40, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE35300465032, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora");

como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4, Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de agente fiduciário e nomeada neste instrumento, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de intervenientes garantidoras,

LUCIANO LUFT, brasileiro, separado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 34.484.099-2, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o n.º 594.007.140-68, com endereço comercial na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, n.º 535, 13º andar ("Luciano");

FERNANDO LUFT, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 8016991583, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 693.764.760-34, com endereço

comercial na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº. 535, 13º andar ("Fernando");

ADEMAR ELOI LUFT, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 5085626546, e inscrito no CPF/MF sob o n.º. 200.562.810-72, com endereço comercial na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº. 535, 13º andar ("Ademar", e, em conjunto com Luciano e Fernando, "Fiadores Pessoas Físicas");

TRANSPORTES LUFT LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Severo Dullius, n.º 1.395, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 87.689.402/0001-23 ("Transportes Luft");

FARMA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., com sede na Avenida Portugal, n.º 1.100, Parte C-26, Bairro Itaquí, na cidade de Itapevi, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.019.475/0001-80 ("Farma Logística");

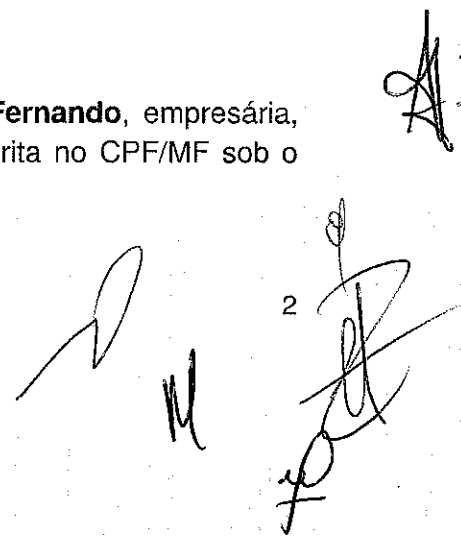
LUFT TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., com sede na Rodovia Presidente Castelo Branco, n.º 11.110, P-36, Km 32,5, Anexo A, 2º andar, sala 08, Bairro Sítio Gupê, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.288.375/0001-85 ("Luft Transportes Rodoviários");

FBD DISTRIBUIDORA LTDA., com sede na Rua Francisco de Souza e Melo, n.º 252, Armazém 03, sala 1, Bairro Cordovil, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.801.296/0001-28 ("FBD");

INTEC – INTEGRAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES DE ENCOMENDAS E CARGAS LTDA., com sede na Avenida Portugal, n.º 1.100, Parte C-26, Bairro Itaquí, na cidade de Itapevi, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 52.134.798/0001-68 ("Intec", e, em conjunto com Transportes Luft, Farma Logística, Luft Transportes Rodoviários" e FBD, "Fiadores Pessoas Jurídicas" e, em conjunto com Fiadores Pessoas Físicas, "Garantidores");

E, na qualidade de outorgantes uxórias,

HELEN CRISTINE BESCKOW LUFT, brasileira, casada com **Fernando**, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º 36.900.838-8, e inscrita no CPF/MF sob o

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

nº. 694.032.870-04, com endereço comercial na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº. 535, 13º andar, ("Helen") e

ZAIRA SAFFI LUFT, brasileira, casada com **Ademar**, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º 7040313483, e inscrita no CPF/MF sob o n.º. 216.917.200-97, com endereço comercial na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Mamoré, nº. 535, 13º andar ("Zaira")

vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A. ("Escritura de Emissão")", que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA EMISSÃO

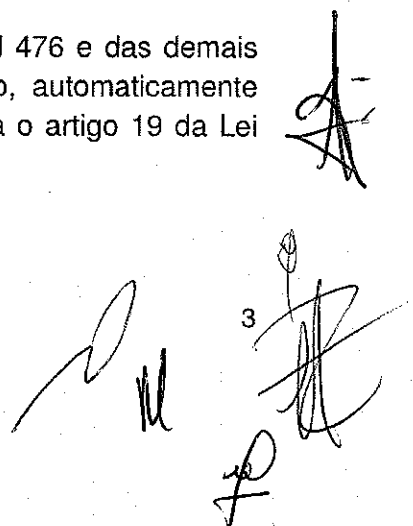
1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 9 de maio de 2014 ("AGE"), na qual foram deliberados os termos e condições da emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da 1ª (primeira) emissão da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the document. There are three distinct signatures: one on the left, one in the middle, and one on the right. The signature on the right is accompanied by the number '3'.

2.1.2. Não obstante o disposto no parágrafo primeiro, inciso I e parágrafo segundo do artigo 1º do novo "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes e regulamentação específicas para realização do registro da Oferta Restrita na ANBIMA pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita somente será registrada na ANBIMA se expedidas as diretrizes específicas do Conselho de Regulação e Melhores Práticas até a data de envio à CVM da comunicação de encerramento da Oferta Restrita.

2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

2.2.1. A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) Diário do Comércio, em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 62 e no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

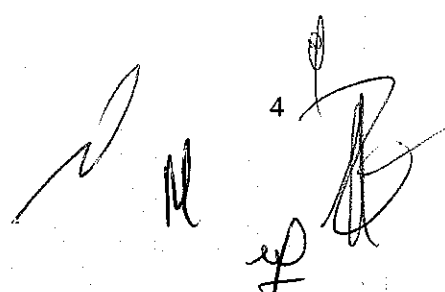
2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão protocolados para registro na JUCESP em até 3 (três) dias contados da data da respectiva assinatura, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Após a realização dos registros mencionados no item 2.3.1. acima, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do efetivo registro.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.



2.4.3. Não obstante o descrito no item 2.4.2. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas no mercado secundário entre Investidores Qualificados (conforme definido no item 4.1.3. abaixo), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, dos itens descritos no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Aprovação da Garantia Fidejussória

2.5.1. A prestação da garantia fidejussória pelos Fiadores Pessoas Jurídica, nos termos do item 4.17. abaixo, foi aprovada em reuniões de sócios dos Fiadores Pessoas Jurídicas realizadas em 9 de maio de 2014, cujas atas (i) foram publicadas no Diário do Comércio e (ii) serão registradas na JUCESP.

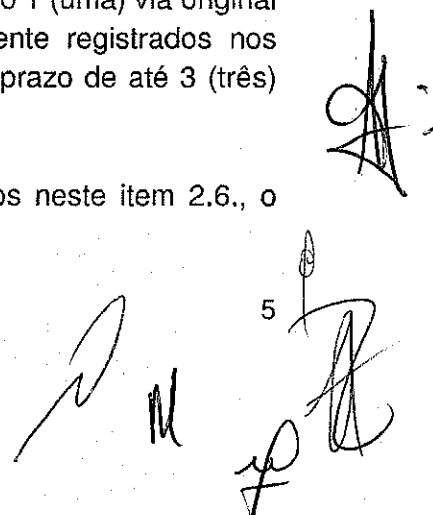
2.5.2. Helen e Zaira, em razão do que dispõe o inciso III, do artigo 1.647 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), na qualidade de outorgantes maritais e uxórias, cônjuges de Fernando e Ademar, respectivamente, neste ato, declaram-se cientes e os autorizam a prestação da Fiança (conforme definido abaixo), nos termos dispostos nesta Escritura de Emissão.

2.6. Constituição da Garantia Fidejussória

2.6.1. Em função da garantia fidejussória prestada pelos Garantidores nos termos do item 4.17. abaixo, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das cidades de: (i) Barueri, estado de São Paulo; (ii) Itapevi, estado de São Paulo; (iii) Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro; (iv) Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes"), na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, e do inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.6.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.6.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos neste item 2.6., o



5

Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de registro. A eventual realização do registro pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura de Emissão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como quotista ou acionista.

3.2. Série

3.2.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 100 (cem) Debêntures.

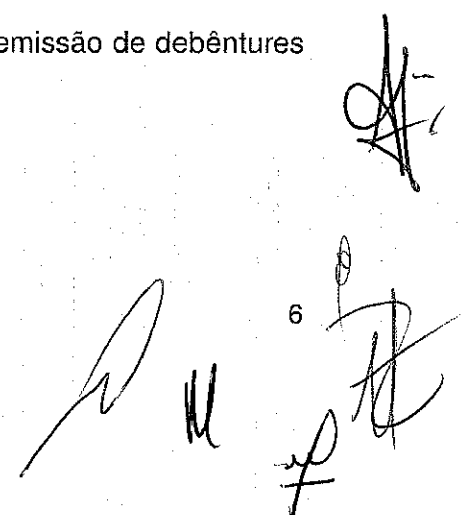
3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para o alongamento do endividamento do grupo econômico da Emissora.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário



6

3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

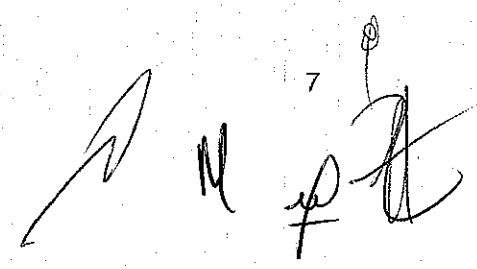
3.8. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), com a intermediação do (a) Banco Itaú BBA S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"); (b) BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.729, 8º e 9º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.111.187/0001-12 ("BESI"); (c) Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na cidade de São Paulo estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.235, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Santander" e, quando referido em conjunto com o Coordenador Líder e o BESI, "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos e sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, não Conversíveis em



Ações, da Espécie Quirografia, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 1ª (primeira) Emissão da Luft Participações S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos do item 4.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

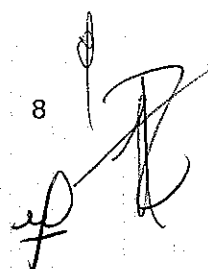


4.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM 409, para fins da Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar ou qualquer outro mecanismo.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.



8

4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de maio de 2014 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

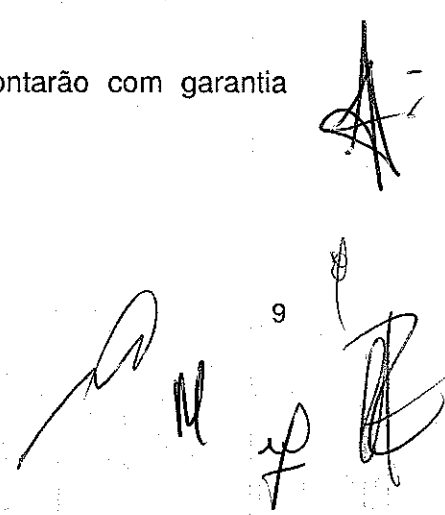
4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia adicional fidejussória, conforme descrita no item 4.17. abaixo.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

4.6.1. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 8º da Instrução CVM 476, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, e serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Data de Integralização").

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 28 de maio de 2019, ressalvada as possibilidades de (i) vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) resgate antecipado das Debêntures ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. Amortização Programada

4.8.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 15 (quinze) parcelas, devidas nos meses de setembro, outubro e novembro de cada ano, a partir da Data de Emissão, ressalvadas as possibilidades de (i) vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) resgate antecipado das Debêntures. A primeira parcela será devida no dia 28 de setembro de 2014 e as demais nas datas indicadas na tabela abaixo, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures").

Parcela	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PROPORÇÃO DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES
1	28 de setembro de 2014	6,67%
2	28 de outubro de 2014	6,67%
3	28 de novembro de 2014	6,67%
4	28 de setembro de 2015	6,67%
5	28 de outubro de 2015	6,67%
6	28 de novembro de 2015	6,67%
7	28 de setembro de 2016	6,67%
8	28 de outubro de 2016	6,67%
9	28 de novembro de 2016	6,67%

10	28 de setembro de 2017	6,67%
11	28 de outubro de 2017	6,67%
12	28 de novembro de 2017	6,67%
13	28 de setembro de 2018	6,67%
14	28 de outubro de 2018	6,67%
15	28 de maio de 2019	saldo do Valor Nominal Unitário

4.8.2. Amortização Extraordinária

4.8.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, amortizar extraordinariamente as Debêntures em circulação, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário, ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso ("Amortização Extraordinária").

4.8.2.2. A Emissora deverá comunicar, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, a data pretendida para pagamento da Amortização Extraordinária por meio de comunicação individual endereçada a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, ou aviso publicado nos termos do item 4.20. desta Escritura de Emissão ("Edital de Amortização Extraordinária").

4.8.2.3. O Edital de Amortização Extraordinária deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o pagamento aos Debenturistas; (ii) o valor do prêmio de Amortização Extraordinária, conforme item 4.8.2.4. abaixo; (iii) a parcela do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizado extraordinariamente e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.

4.8.2.4. O valor da Amortização Extraordinária será correspondente a um percentual do Valor Nominal Unitário, ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, observado item 4.8.2.1 acima, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento da amortização extraordinária das Debêntures ("Valor da Amortização Extraordinária"), acrescido de prêmio equivalente a 2,00% (dois por cento) sobre o Valor da Amortização Extraordinária.

4.9. Atualização Monetária e Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.9.2. Sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ("Spread") de 4,00% (quatro por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), de acordo com a fórmula abaixo:

4.9.4. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

Fator Juros Fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{Fator Spread})$$

FatorDI produtivo das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
- nDI número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- DI_k Taxa DI, de ordem k divulgada pela CETIP válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- FatorSpread* Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

- Spread* 4,0000;
- DP É o número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

4.9.4.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.9.4.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.9.4.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.4.4. O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.4.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.5. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.6. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.6.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada pelo Agente Fiduciário uma Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias corridos, contados da nova publicação do edital de convocação relativo a segunda

convocação, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão das Debêntures ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.6.2. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.7. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6.1. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas será cancelada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.8. Os Garantidores desde já concordam com o disposto no item 4.9.6. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definida) válida e em pleno vigor. Os Garantidores desde já concordam e se

obrigam a celebrar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

4.10. Pagamento da Remuneração

4.10.1. A Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de junho de 2014, e o último pagamento na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.10.2. Farão jus aos pagamentos de Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração prevista na presente Escritura de Emissão.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.12.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Garantidores após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos do item 2.3.1. acima.

4.13. Resgate Antecipado Facultativo Total

4.13.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

4.13.2. A Emissora deverá comunicar, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, a data da efetiva realização do Resgate Antecipado Facultativo Total por meio de comunicação individual endereçada a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, ou aviso publicado nos termos do item 4.20. desta Escritura de Emissão ("Edital de Resgate Antecipado Facultativo Total").

4.13.3. O Edital de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; (ii) o valor do prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme item 4.13.4. abaixo; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

4.13.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (i) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor de Resgate"); e (ii) de prêmio equivalente a: (a) 2,00% (dois por cento) sobre o Valor de Resgate.

4.13.5. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado Facultativo Total será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) mediante depósito em conta corrente, conforme indicada por cada Debenturista, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.6. Não será permitido resgate parcial das Debêntures.

4.13.7. A Emissora deverá comunicar a realização do Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou da Amortização Extraordinária das Debêntures à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da realização resgate antecipado total das Debêntures.

4.13.8. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data

do seu efetivo pagamento a partir da data em que for verificada pelo Agente Fiduciário a ocorrência das seguintes hipóteses (cada uma, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

(i) São considerados "Eventos de Vencimento Antecipado Automático":

- (a) não pagamento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas na respectiva data de vencimento;
- (b) inadimplemento de quaisquer obrigações da Emissora e/ou dos Garantidores referentes a obrigações com instituições financeiras e/ou títulos emitidos no mercado de capitais local ou internacional no montante, individual ou agregado equivalente a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), não sanado conforme prazo de cura previsto no instrumento original, conforme aplicável;
- (c) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras contraídas pela Emissora ou pelos Garantidores referente a obrigações com instituições financeiras e/ou títulos emitidos no mercado de capitais local ou internacional cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas);
- (d) celebração, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de quaisquer novos contratos de mútuo com terceiros, exceto aqueles celebrados (a) pela Emissora e qualquer um dos Fiadores Pessoas Jurídicas; e (b) entre os Fiadores Pessoas Jurídicas;
- (e) criar, incorrer ou permitir a existência de qualquer ônus ou gravame oriundo de contratos firmados pela Emissora ou pelos Garantidores, salvo aqueles realizados no curso normal das atividades da Emissora ou dos Garantidores, tais como gravames decorrentes do financiamento da aquisição de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas e rodoviários, usados pela Emissora ou pelos Garantidores em suas atividades, bem como para garantia do direito de defesa em processos judiciais e administrativos;
- (f) (a) decretação de falência da Emissora, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, dos seus controladores diretos ou indiretos e/ou suas controladas; (b) pedido de autofalência pela Emissora, pelos Fiadores Pessoas Jurídicas, pelos seus controladores diretos ou indiretos e/ou suas controladas, conforme aplicável;

(c) pedido de falência da Emissora, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, dos seus controladores diretos ou indiretos e/ou suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal, ou, ainda, pedido de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, também não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, dos seus controladores diretos ou indiretos e/ou suas controladas, conforme aplicável, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) intervenção, liquidação, dissolução ou, conforme o caso, extinção da Emissora, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, dos seus controladores diretos ou indiretos e/ou suas controladas;

- (g) alteração do controle (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas, sem a anuência prévia dos Debenturistas, excetuada a reorganização societária do grupo econômico da Emissora, que consistirá na transferência de até a totalidade das quotas da Transportes Luft Ltda., da Luft Transportes Rodoviários e Armazéns Gerais Ltda., da INTEC – Integração Nacional de Transportes de Encomendas e Cargas Ltda., da Farma Logística e Armazéns Gerais Ltda. e da FBD Distribuidora Ltda. pelos Fiadores Pessoas Físicas, exclusivamente para a Emissora;
- (h) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora ou de qualquer um dos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme aplicável;
- (i) cisão, fusão ou incorporação da Emissora e/ou de qualquer um dos Fiadores Pessoas Jurídicas por outra companhia, salvo se, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, (a) tal alteração societária for aprovada por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação, ou (b) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação; excetuada a cisão, fusão ou incorporação de qualquer um dos Fiadores Pessoas Jurídicas pela Emissora e/ou demais Fiadores Pessoa Jurídica;
- (j) realização de redução de capital social da Emissora, exceto se para fins de absorção de prejuízos acumulados;
- (k) transformação da forma societária da Emissora em qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por

Ações, de forma que a Companhia deixe ser uma sociedade anônima;

- (l) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus sócios superior a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido, ou qualquer valor, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (m) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures;
- (n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nas Debêntures sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (o) questionamento judicial, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, das Debêntures, da Fiança e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão e da Oferta Restrita;
- (p) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou de qualquer dos demais documentos da Emissão ou da Oferta Restrita (e/ou de qualquer de suas disposições);
- (q) protesto de títulos contra a Emissora no mercado local ou internacional, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiro; ou (b) o protesto foi cancelado;

(ii) Por sua vez, são considerados "Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático":

- (r) descumprimento de qualquer decisão judicial contra a Emissora ou os Garantidores transitada em julgado;

- (s) alteração do objeto social da Emissora conforme disposto em seu estatuto social, que implique em alteração da atividade principal atualmente conduzida pela Emissora;
- (t) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do descumprimento;
- (u) venda, cessão, locação ou de qualquer forma de alienação dos ativos da Emissora e/ou dos Garantidores, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas exclusivamente convocada para esse fim, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não; salvo aquelas realizadas no curso normal das atividades da Emissora e/ou dos Garantidores, tais como locações de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas e rodoviários para seus clientes, bem como vendas de tais ativos ao final do prazo dos contratos de locação necessárias à renovação da frota de veículos da Emissora e/ou dos Garantidores;
- (v) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de suas obrigações relativas às Debêntures.
- (w) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das permissões, autorizações ou licenças, inclusive ambientais, emitidas pelos órgãos públicos competentes em nome da Emissora, de qualquer dos Garantidores, conforme aplicável, exigidas para e cuja não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão impeça o exercício regular das atividades por eles desenvolvidas e não tenham sido obtidas em tempo hábil;
- (x) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos do item 3.5 supra;
- (y) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas pela Companhia

e/ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão são falsas ou enganosas em qualquer aspecto relevante; ou

- (z) não atendimento pela Emissora do seguinte índice financeiro ("Índice Financeiro"):
Dívida Financeira Líquida/Ebitda menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta décimos) vezes que será acompanhado com base nas Demonstrações Financeiras Anuais consolidadas / combinadas auditadas da Emissora, com data base em 31 de dezembro de cada ano, observado que o primeiro acompanhamento será realizada com base nas Demonstrações Financeiras Anuais consolidadas / combinadas auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

4.14.1.1. Para fins do exposto no item (z) acima, aplicar-se-ão as seguintes definições:

(a) Dívida Financeira Líquida significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras; e (b) EBITDA significa o lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciações e amortização, relativos a um período de 12 (doze) meses.

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Automático indicados nas alíneas (a) a (q) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas. Já na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não Automático previstos no item 4.14.1 acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento da ocorrência dos Evento de Vencimento Antecipado indicados nas alíneas (q) a (z) acima, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do não vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação o edital deverá ser publicado no primeiro Dia Útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

4.14.6. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.2. acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, desde que por

deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.14.7. A não instalação da referida Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.14.8. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do Vencimento Antecipado, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 1 (um) Dia Útil contados (i) da data do recebimento da notificação acerca do vencimento antecipado automático das Debêntures, conforme descrito acima, ou (ii) da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos no item 4.15 abaixo.

4.14.8.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 4.14.8. acima, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.15. Multa e Juros Moratórios

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) a juros moratórios não compensatórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.15. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.17. Fiança dos Garantidores

4.17.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, os Garantidores prestam, nesta Escritura de Emissão, fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadores e principais pagadores de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.17.2. Os Garantidores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis por todas as obrigações da Emissora, nos termos da Debêntures, compreendendo, dentre elas, o valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios aplicáveis, incluindo todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures desta Escritura de Emissão ("Valor Garantido").

4.17.3. O Valor Garantido será pago pelos Garantidores no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando a falta de pagamento de qualquer Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.

4.17.4. Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e nos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todo e qualquer pagamento

realizado por um Garantidor em relação à Fiança ora prestada serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.17.5. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 4.17.

4.17.6. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Garantidores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas

4.17.7. Os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.17.8. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento do Valor Garantido. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

4.17.9. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.18. Forma e Local de Pagamento

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora, se for o caso.

4.19. Prorrogação dos Prazos

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja

expediente bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, feriado declarado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação de prazo quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins desta Escritura de Emissão será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.20. Publicidade

4.20.1. Todos os atos e decisões relativos exclusivamente à Emissão, à Oferta Restrita e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Diário do Comércio ou nos jornais à época utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.21. Aquisição Facultativa

4.21.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) Disponibilizar ao Agente Fiduciário:

- (i) em até 90 (noventa) dias contados do encerramento de cada exercício social, (x) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e/ou combinadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, acompanhadas do relatório da administração, que conterá declaração atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão pela Emissora; (y) adicionalmente, a Emissora apresentará memória de cálculo em documento apartado às demonstrações financeiras e disponibilizará diretamente ao Agente Fiduciário, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro, devidamente calculado pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e (z) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, na forma de seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) cumprimento da obrigação de manutenção do departamento de Debenturistas; (iv) que os bens da companhia foram mantidos devidamente assegurados; e (v) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;
- (ii) até 31 de julho de cada ano, relatório semestral em caráter gerencial referente às informações financeiras e contábeis da Companhia, nos moldes de suas demonstrações financeiras consolidadas ou combinadas, relativo ao período de seis meses encerrado, preparado de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, e que apresente (a) balanço patrimonial; (b) demonstração do resultado do exercício; (c) abertura analítica da conta de depreciação; (d) abertura analítica da conta de despesas financeiras;
- (iii) avisos aos Debenturistas, "Fatos Relevantes", conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas,

no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que forem (ou deveriam ter sido) publicados;

- (iv) dentro de 3 (três) dias úteis contados do recebimento de solicitação nesse sentido, qualquer informação que venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e
 - (v) no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na alínea "m" da Cláusula 7.5. abaixo, os atos societários, os dados financeiros e todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado na alínea "k" da referida Cláusula 7.5. No mesmo prazo, o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social.
- (b) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas e/ou combinadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (c) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
 - (d) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (e) manter os documentos mencionados na alínea (d) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (f) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (g) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM

358 e comunicar a ocorrência de tal "Fato Relevante" imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;

- (h) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (i) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias, governamentais e de terceiros, exigidas (a) para a validade ou exequibilidade dos documentos da Emissão; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) informar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento, da ocorrência de (a) qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado; (b) qualquer inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; ou (c) qualquer evento ou situação que seja de seu conhecimento e que cause um efeito adverso relevante na capacidade de cumprimento de suas obrigações ora assumidas;
- (k) contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nos documentos da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando, ao Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;
- (l) cumprir com todas as leis, regulamentos ou requisições de autoridades governamentais, incluindo as disposições da Instrução CVM 476 e as leis, regulamentos ou requisições de natureza tributária, trabalhista, de seguridade social, de aposentadorias e pensões e ambiental;
- (m) pagar nos seus respectivos vencimentos, de acordo com os termos contratuais ou aqueles estabelecidos pela legislação em vigor, todas as suas respectivas obrigações e responsabilidades (inclusive todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária), exceto por aquelas contestadas de boa-fé pelas ações ou procedimentos adequados;
- (n) manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos sejam feitos de todas as negociações e operações relativas a seus respectivos negócios e atividades;

- (o) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (p) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (q) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (r) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, a Oferta Restrita, e as Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (s) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (t) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (u) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (v) tomar todas as medidas que se fizerem necessárias ao registro e formalização das Debêntures e da Fiança, correndo por sua conta todas as despesas atuais e futuras, inclusive de natureza fiscal, que decorram desse registro ou formalização.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (t) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, estadias, transportes e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário e devidamente comprovadas;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.3.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva cópia da nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais em ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora e/ou os Garantidores permanecerem em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DOS GARANTIDORES

6.1. Os Garantidores estão adicionalmente obrigados a:

- (a) pagar nos seus respectivos vencimentos, de acordo com os termos contratuais ou estabelecidos pela legislação em vigor, todas as suas respectivas obrigações e responsabilidades (inclusive todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária), exceto por aquelas contestadas de boa-fé pelas ações ou procedimentos adequados;
- (b) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (c) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (d) no prazo de 1 (um) dia útil contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário informando a falta de pagamento de qualquer Valor Garantido, realizar seu pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou com os Garantidores que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (k) verificará, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, a regularidade da constituição da garantia descrita no item 4.17, sendo que a garantia será registrada e o comprovante enviado ao Agente Fiduciário na forma da cláusula 2.6 acima;
- (l) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil; e

- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que não presta serviços de agente fiduciário em emissões de sociedades do grupo da Emissora.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

7.4. Será devido pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o montante anual bruto de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º Dia Útil após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes ("Remuneração do Agente Fiduciário").

7.4.1. As parcelas citadas neste item 7.4 serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

7.4.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.4.3. As parcelas citadas neste item 7.4 serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IR (Imposto de Renda) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário.

7.4.4. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e/ou dos Garantidores, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou dos Garantidores exerçam suas atividades, as quais

deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora ou dos Garantidores, conforme o caso, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora ou nos Garantidores;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios anuais destinados aos debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- g. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
- h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão;
- i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (i) denominação da companhia ofertante;
 - (ii) valor da emissão;
 - (iii) quantidade de debêntures emitidas;
 - (iv) espécie;
 - (v) prazo de vencimento das debêntures;
 - (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (l) divulgar as informações referidas na alínea "i" do item (i) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (m) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede dos Coordenadores.
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora efetua suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (q) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20. acima, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora ou pelos Garantidores de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

- (s) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora;
- (t) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (u) acompanhar a manutenção do Índice Financeiro, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora, aos Garantidores ou aos Auditores Independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e informar imediatamente os titulares de Debêntures de qualquer descumprimento dos referidos Índice Financeiro.

7.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

7.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

7.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos

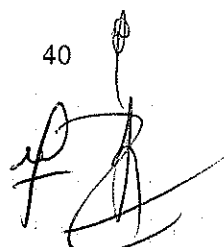


Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.10. O agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Companhia para verificar o atendimento do Índice Financeiro.

7.11. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou aos Garantidores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas; e
- (e) executar a Fiança nos termos do item 4.17. acima.

7.11.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.14. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (e) do item 7.11. acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por unanimidade das Debêntures em Circulação, sendo certo que na alínea (d) do item 7.11 acima, será suficiente a deliberação da maioria das debêntures em circulação.



40



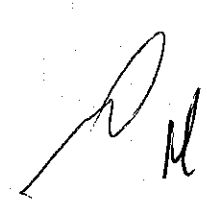
7.12. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

7.12.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.12.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.12.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.12.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.



41

7.12.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.12 acima.

7.12.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

7.12.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

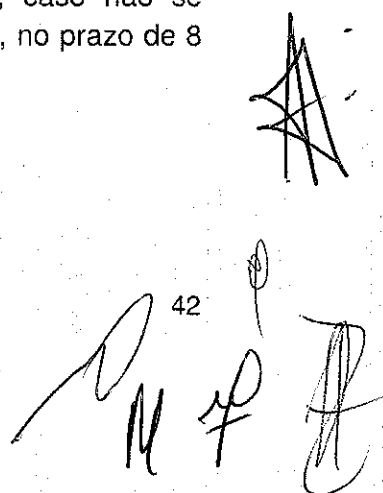
8.2. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme item 4.20. acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

8.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

8.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

42



8.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

8.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

8.8. Para efeito da constituição do *quórum* de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores (inclusive dos Garantidores) ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quórum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

8.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e dos Garantidores nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

8.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.12. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive: (i) com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro *quórum* específico; (ii) alteração, perdão e/ou renúncia temporária a qualquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 4.14. acima; (iii) modificação dos *quóruns* de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (iv) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (v) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; e/ou (vi) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima.

8.13. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração das Debêntures; (ii) a Data de Pagamento da Remuneração; (iii) o prazo de vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; e/ou (v) a alteração, substituição ou o reforço das garantias.

8.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

8.15. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

9.1. A Emissora e os Garantidores, conforme aplicável, neste ato declaram e garantem que:

- (a) A Emissora e os Fiadores Pessoas Jurídica são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações e sociedade limitada, conforme o caso, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) Luciano Luft é capaz para a prática de todos os atos da vida civil e seu estado civil é separado;
- (c) Fernando Luft é capaz para a prática de todos os atos da vida civil e seu estado civil é casado;
- (d) Ademair Eloi Luft é capaz para a prática de todos os atos da vida civil e seu estado civil é casado;

- (e) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e da Oferta Restrita e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta Restrita, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- (f) os representantes legais da Emissora e dos Fiadores Pessoas Jurídica que assinarão as Debêntures e os demais documentos da Emissão e da Oferta Restrita têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome dos respectivos representados, conforme o caso, as obrigações previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e de acordo com o estatuto social ou contrato social da Emissora e dos Fiadores Pessoas Jurídica, conforme aplicável;
- (g) esta Escritura de Emissão e os demais documentos da Emissão e da Oferta Restrita e as obrigações previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e dos Garantidores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (h) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e da Oferta Restrita, a assunção e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta Restrita (a) não infringem o estatuto social ou contrato social da Emissora ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas, conforme aplicável; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores sejam partes e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores sejam partes e/ou pelo qual qualquer de seus respectivos ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores e/ou qualquer

de seus respectivos ativos;

- (i) inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, no conhecimento da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores, pendente, que possa ter um "Efeito Adverso Relevante", assim entendido um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou dos Garantidores ou no cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, conforme o caso, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão;
- (j) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Emissão e da Oferta Restrita, e não ocorreu e nem existe qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- (k) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora e dos Garantidores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) as informações prestadas e fornecidas pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores aos Debenturistas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão e da Oferta Restrita;
- (m) os documentos e informações fornecidos aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento nas Debêntures;
- (n) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- (o) estão em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (p) possuem válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, exceto (a) por aquelas que estejam em processo de renovação, desde que tal processo tenha sido iniciado dentro da validade da autorização e/ou licença anterior e não tenham um Efeito Adverso Relevante; ou (b) por aquelas cuja ausência não tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (q) inexistente (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer dos Documentos da Emissão, ou (ii) que tenha(m) ou possa(m) ter um Efeito Adverso Relevante;
- (r) exceto pelo arquivamento da presente Escritura de Emissão na JUCESP e seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos Competentes e o registro das Debêntures nos sistemas de distribuição e negociação da CETIP, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de subscrição das Debêntures, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e pelos Garantidores de suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão;
- (s) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança; e
- (t) esta Escritura de Emissão, constitui obrigação legal, válida e vinculativa dos Garantidores, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

9.2. A Emissora e os Garantidores, conforme o caso, se comprometem a notificar em até 1 (um) Dia Útil os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA DEZ – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

LUFT PARTICIPAÇÕES S.A.

Alameda Mamoré, nº. 535, 13º andar
Barueri – SP
CEP: 06454-040
At.: Sr. Ademar Pilecco
Tel.: (11) 4772-3811
E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

Para os Garantidores:

LUCIANO LUFT

Alameda Mamoré, nº. 535, 13º andar
Barueri – SP
CEP: 06454-040
At.: Sr. Ademar Pilecco
Tel.: (11) 4772-3811
E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

FERNANDO LUFT

Alameda Mamoré, nº. 535, 13º andar
Barueri – SP
CEP: 06454-040
At.: Sr. Ademar Pilecco
Tel.: (11) 4772-3811
E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

ADEMAR ELOI LUFT

Alameda Mamoré, nº. 535, 13º andar
Barueri – SP
CEP: 06454-040
At.: Sr. Ademar Pilecco
Tel.: (11) 4772-3811
E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

TRANSPORTES LUFT LTDA.

Rodovia Presidente Castelo Branco, 11.100 – Km 30,5 – Bairro dos Altos
Barueri – SP
CEP: 06421-400
At.: Sr. Ademar Pilecco
Tel.: (11) 4772-3811
E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

FARMA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.

Avenida Portugal, nº 1.100, Parte C-26, Bairro Itaquí
Itapevi – SP
CEP: 06696-060
At.: Sr. Ademar Pilecco
Tel.: (11) 4772-3811
E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

LUFT TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.

Rodovia Presidente Castelo Branco, nº 11.110, P-36, Km 32,5, Anexo A, 2º andar, sala
08, Bairro Sítio Gupê
Barueri – SP
CEP: 06421-400
At.: Sr. Ademar Pilecco
Tel.: (11) 4772-3811
E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

FBD DISTRIBUIDORA LTDA.

Rua Francisco de Souza e Melo, nº 252, Armazém 03, sala 1, Bairro Cordovil
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 21010-410
At.: Sr. Ademar Pilecco
Tel.: (11) 4772-3811

E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

INTEC – INTEGRAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES DE ENCOMENDAS E CARGAS LTDA.

Avenida Portugal, nº1.100, Parte C-26, Bairro Itaquí

Itapevi – SP

CEP: 06696-060

At.: Sr. Ademar Pilecco

Tel.: (11) 4772-3811

E-mail: ademar.pilecco@luft.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A. / ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo

Tatuapé, CEP 03084-010

São Paulo, São Paulo

Tel.: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

At.: Sr. Luiz Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

São Paulo – SP

CEP: 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de "aviso de entrega e leitura". Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA ONZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Emissão e a Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a: registro da presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, bem como dos atos societários relacionados à Emissão, execução das Debêntures e da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante, dos demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e à Fiança.

CLÁUSULA DOZE – DO FORO

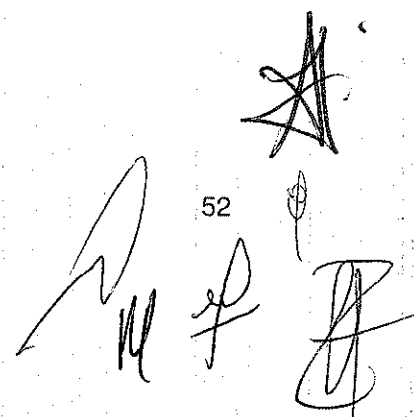
12.1. Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário, os Garantidores, Helen e Zaira, em 12 (doze) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de maio de 2014

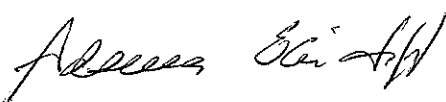
[O restante da página foi intencionalmente deixado em branco.]

52




(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

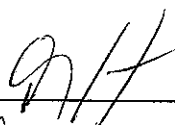
LUFT PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: *Odismar Elói Luft*
Cargo: *Acionista*



Nome: *Luciano Luft*
Cargo: *Acionista*



Nome: *Fernando Luft*
Cargo: *Acionista*

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: MARCO ANTÔNIO P. FERREIRA
Cargo: DIRETOR

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

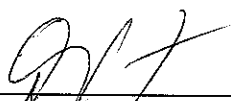
LUCIANO LUFT



RG: 34.424.099-7
CPF: 594.004.140-68

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

FERNANDO LUFT

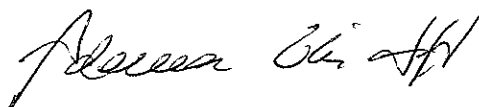


RG: 8010991583

CPF: 693.464.700-34

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

ADEMAR ELOI LUFT

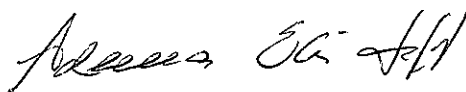


RG: 5085620546

CPF: 200 562 810-42

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

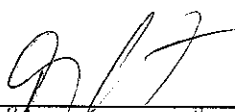
TRANSPORTES LUFT LTDA.



Nome: *Ademar Elias Luft*
Cargo: *Quirista*

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")


FARMA LOGÍSTICA E ARMAZÉNS GERAIS LTDA.



Nome: *Fernando Luft*
Cargo: *Diretor*

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")


LUFT TRANSPORTES RODoviÁRIOS E ARMazÉNS GERAIS LTDA.



Nome: Luciano Luft
Cargo: Quirinto

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

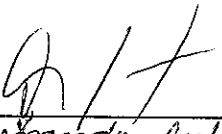
FBD DISTRIBUIDORA LTDA.



Nome: Luciano Luft
Cargo: Diretor

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

INTEC – INTEGRAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES DE ENCOMENDAS E CARGAS LTDA.



Nome: *Fernando Luft*
Cargo: *Acionista*

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

HELEN CRISTINE BESCKOW LUFT



RG: 36 900 8388

CPF: 69403281004

(Página de assinaturas do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória da Luft Participações S.A.")

ZAIRA SAFFI LUFT

Zaira S. Luft
RG: 7040313488
CPF: 216.914.200-94

Testemunhas

Cláudio de Albuquerque Gull
Nome: Cláudio de Albuquerque Gull
CPF: 221.779.628-90
RG: 32.384.715-8

Labrona de Jesus
2. Nome: Labrona de Jesus
CPF: 218960678-8
RG: 273649814

